

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.339.732 - RJ (2018/0195617-6)**

**RELATOR** : **MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**  
**AGRAVANTE** : **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE**  
**ADVOGADOS** : **JAYME SOARES DA ROCHA FILHO - RJ081852**  
**CARLOS ROBERTO DE SIQUEIRA CASTRO - RJ020283**  
**HUGO FILARDI PEREIRA - RJ120550**  
**FABIO DA COSTA FERREIRA JUNIOR - RJ120063**  
**CRISTINA LACERDA GOMES - RJ137526**  
**BIANCA FURTADO ROGERIO DE MEDEIROS - RJ174551**  
**DANIELLA DE CASTILHO BANDEIRA - RJ155806**  
**AGRAVADO** : **ARMARINHO E PAPELARIA MARJAR LTDA**  
**ADVOGADO** : **FRANCISCO DE ASSIS FERREIRA - RJ079273**

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. TARIFA DE ESGOTO. DEMANDA POSTULANDO DEVOLUÇÃO DE VALORES INDEVIDAMENTE RECOLHIDOS. RECURSO DA CEDAE. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 2/STJ. RAZÕES RECURSAIS DISSOCIADAS DA FUNDAMENTAÇÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

**DECISÃO**

Trata-se de agravo de decisão que não admitiu recurso especial da CEDAE interposto contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro assim ementado:

Agravo Interno na Apelação Cível alvejando Decisão proferida pelo Relator que negou seguimento ao recurso da ré e deu parcial provimento ao recurso do autor. Ação de cobrança. Ilegalidade da cobrança da tarifa de esgoto quando não há prestação do serviço. Prova pericial que apontou que a ré sequer faz a coleta dos dejetos, que vão do ramal do imóvel direto para a galeria de águas pluviais do município. Ausência de impugnação ao laudo pericial. Suspensão da cobrança da tarifa de esgoto sob o fundamento de que tal serviço não é prestado. Repetição de indébito. Tarifas de esgoto. Aplicação das normas do código civil, cuja prescrição é vintenária, na forma estabelecida no art. 177 do código civil de 1916 ou decenal, de acordo com o previsto no artigo 205 do código civil de 2002. Precedentes do superior tribunal de justiça. Indébito. Devolução em dobro. Aplicação do artigo 42, § único do código de defesa do consumidor. Não configura engano justificável a cobrança de taxa de esgoto em local onde o serviço não é prestado. Precedentes do superior tribunal de justiça. Juros de mora que devem incidir a contar da citação, na forma estipulada no artigo 405 do código civil para a responsabilidade contratual. Correção monetária a partir de cada desembolso. Verba honorária do assistente técnico que é despesa processual e deve ser ressarcida pelo vencido na demanda, aplicando-se o princípio da sucumbência. Simples descumprimento de dever contratual não

configura dano moral, por caracterizar mero aborrecimento. Inexistência de circunstâncias excepcionais que ensejem indenização dessa natureza. Aplicação da súmula nº 75 deste e. Corte. Decisão desprovida de ilegalidade, abuso ou desvio de poder, prolatada dentro da competência do relator, não passível, na hipótese, de modificação.

Os embargos de declaração foram rejeitados. No recurso especial, a recorrente aponta violação aos arts. 45 da Lei 11.445/2007 e 9º do Decreto 7.217/2010, sustentando, em síntese, que a tarifa de esgoto pode ser cobrada quando a concessionária realiza coleta, transporte e escoamento dos dejetos, ainda que não promova o respectivo tratamento sanitário antes do deságue. No mais, aponta divergência jurisprudencial com o REsp 1339313/RJ, julgado pela Primeira Seção.

Houve contrarrazões.

A inadmissão do recurso especial se deu com fundamento na incidência da Súmula 7/STJ.

Autos conclusos em 14/2/2019, após redistribuição.

É o relatório. Passo a decidir.

Conheço do agravo, porquanto infirmado o fundamento lançado no juízo de admissibilidade.

Quanto ao recurso especial, consigno que está submetido ao regime do Enunciado Administrativo 2/STJ: *“Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.”*

O recurso especial não reúne condições de ser conhecido. É que a recorrente apresentou argumentação genérica de que não é exigida a realização do tratamento sanitário antes do deságue para fins de cobrança da tarifa de esgoto, sem atentar que o acórdão recorrido não julgou a causa sob essa ótica, e sim pelo pressuposto de que *nenhuma* fase é realizada pela recorrente, segundo atesta o laudo pericial. Veja-se (fls. 406/407-e):

(...) Ocorre que, no caso dos autos, o laudo pericial (fls. 232) é categórico ao afirmar que os desejos vão direto do imóvel do Autor para a galeria de águas pluviais do Município, sem que a Ré realize qualquer tipo de intervenção: *“Os efluentes sanitários do imóvel em tela, não possuem tratamentos, e vão do ramal do imóvel da parte autora diretamente para GAP (Galeria de Aguas Pluviais) que pertencente ao Município, e finalmente deságuam no corpo hídrico, sem que a empresa autora realize qualquer tipo de intervenção nestes efluentes sanitários ver fotos nº 03/04 deste laudo pericial;”* Assim, não sendo feito nenhum tratamento do esgoto da parte autora pela ré, não há fato gerador para ser feita a cobrança por esses serviços, caracterizando-se verdadeiro enriquecimento ilícito a cobrança e o pagamento por serviços não fornecidos. Ademais, a imposição de tarifa de esgoto configura-se ilegal, sendo, portanto indevida a cobrança pela ausência de efetivo serviço.

Nessas circunstâncias, em que a fundamentação recursal está dissociada da do acórdão recorrido, o óbice da Súmula 284/STF impede o conhecimento do recurso especial.

Sem embargo, ainda que se pudesse afirmar que a argumentação recursal

pressupõe a realização de pelo menos das fases de coleta e transporte do esgoto, o exame dessa assertiva exigiria nova incursão no acervo-fático probatório dos autos para infirmar a conclusão do acórdão recorrido de que não é realizada nenhuma fase do esgotamento sanitário, procedimento vedado pelo teor da Súmula 7/STJ. Prejudicado o exame do dissídio jurisprudencial.

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015 c/c o art. 253, parágrafo único, II, *a*, do RISTJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES

Relator

